

As mulheres e seu corpo-território na paisagem literária de Lygia Fagundes Telles: uma história de poder, subjugação e violência

Women and their body-territory in Lygia Fagundes Telles' literary landscape: a story of power, subjugation and violence

Marília Garcia Boldorini

Universidade da Região de Joinville
(Univille) | Joinville | SC | BR
mariliaboldorini@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0748-4680>

Roberta Barros Meira

Universidade da Região de Joinville
(Univille) | Joinville | SC | BR
rbmeira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7739-216X>

Resumo: Neste artigo, reflete-se a respeito da ideia derivada dos sistemas colonial e patriarcal de que o corpo humano de cidadãos considerados inferiores socialmente, entre eles mulheres, pobres e grupos étnicos não brancos, pode ser objetificado em prol do modelo capitalista vigente. Logo, por meio da análise das histórias de duas personagens, Luciana e Frau Herta, do romance *Ciranda de pedra*, de Lygia Fagundes Telles, verifica-se que são percebidos em falas e atitudes dos que convivem com essas duas mulheres vestígios oriundos da herança escravocrata. Atenta-se também para o trabalho doméstico como muitas vezes a única perspectiva ou oportunidade de atuação de mulheres com pouco estudo ou em condições mais vulneráveis, como é o caso das personagens em foco aqui. Constata-se, pelo assujeitamento dos corpos, por si próprios ou por outrem, com frequência com o único intuito a sobrevivência, que a lógica dominante se baseia na violência contra esses corpos desde os tempos mais remotos.

Palavras-chave: história das mulheres; corpo-território; paisagem literária; Lygia Fagundes Telles.

Abstract: This article reflects on the idea derived from the colonial and patriarchal system that the human body of citizens considered socially inferior, including women, the poor and non-white ethnic groups, can be objectified in favor of the current capitalist model. Therefore, through the analysis of the stories of two characters, Luciana and Frau Herta, from the novel *Ciranda de pedra*, by Lygia Fagundes Telles, it can be seen that traces originating from the slavery heritage are per-



ceived in the speeches and attitudes of those who live with these two women. Attention is also paid to domestic work as often the only perspective or opportunity for women with little education or in more vulnerable conditions, as is the case of the characters in focus here. It can be seen, through the subjection of bodies, by themselves or others, often with the sole aim of survival, that the dominant logic has been based on violence against these bodies since the earliest times.

Keywords: women's history; body-territory; literary landscape; Lygia Fagundes Telles.

1 Introdução

Considerando que o Brasil se desenvolveu enquanto espaço colonial, nação e economia tendo a escravidão como sustentáculo por quase quatro séculos (Schwarcz; Starling, 2015), é impossível não reconhecer ainda hoje, no século XXI, resquícios do período escravocrata vivido. Os vestígios estão presentes especialmente no que se refere à divisão racial e à divisão sexual. Além disso, em conjunto com o racismo, convivemos com um sistema patriarcal, que relega às mulheres papéis sociais inferiores aos homens com a única justificativa: mulheres são mulheres. Logo, o racismo e o sexismo continuam sendo as principais pautas da nossa ideologia de dominação e, por consequência, dos nossos problemas sociais, fazendo com que os negros, e aqui incluímos todos os grupos étnicos não brancos, e as mulheres permaneçam sendo cidadãos de segunda classe.

Nessa perspectiva, um texto da antropóloga Rita Segato (2022, p. 37) diz o seguinte: “Em uma perspectiva histórica, é possível pensar que o patriarcado é a forma mais arcaica e básica da desigualdade”. Essa ideia faz refletir acerca do papel das mulheres, sobretudo das mais pobres, em relação aos moldes sociais tradicionais brasileiros. A autora baseia seu pensamento na grande quantidade de povos que têm como mito originário o evento em que uma mulher comete um delito, uma falta ou uma indisciplina e é punida por isso, subjugada. Assim, essa mulher e seu corpo-território acabam sendo tomados e expropriados de sua soberania.

Poderíamos então entender esse mito como o relato do desenlace e a seqüela de uma primeira guerra, que resulta na primeira redução de parte da humanidade a uma posição de subordinação; a primeira conquista, na qual o corpo das mulheres passa a ser a primeira colônia (Segato, 2022, p. 39).

Logo, o corpo da mulher, de acordo com essa ideia, foi o primeiro *objeto* da história colonizada. Enquanto colônia, a mulher não tem poder sobre o seu próprio corpo, que é controlado por outrem. Por isso,

na colonial-modernidade, a mulher passa a ser o outro do homem, assim como o negro é reduzido à posição de outro do branco pelo padrão racista, e as sexualidades dissidentes tornam-se o outro da sexualidade heteronormativa. A modernidade inventa a norma e a normalidade, e reduz a diferença à anomalia (Segato, 2022, p. 39).

Tendo isso em mente, surge a ideia de necropolítica, de Achille Mbembe (2020), que assegura que o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer consistem na expressão máxima da soberania. Ou seja, ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder. Tem-se a ideia de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado, mas isso não passa de crença. Há ainda formas de soberania cujos pontos centrais são a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações.

Outro autor que segue na mesma esteira, com um pensamento bastante semelhante, é Ailton Krenak (2020b). Para ele, não podemos restringir nossa forma de ver a continuidade de nossa existência à custa da exaustão de todas as outras partes da vida. Colocamos em risco todas as outras formas de viver, pelo menos as que fomos ensinados a pensar como possíveis, via exclusão dos modelos de organização que não estão integrados ao mundo da mercadoria. O autor afirma que esse molde de sociedade transforma tudo à sua volta em recurso, em objeto, seja um rio, seja uma forma de viver, seja um ser humano.

Mais um autor que se dedicou a esse tema foi o martinicano e pensador político Aimé Césaire (2020). Em análise crítica à dominação europeia principalmente ante os povos indígenas e africanos, ele explica que, entre colonizador e colonizado, não há nada além do que relações de dominação e submissão. O contato humano, ponto fantasioso usado para justificar a colonização de povos *selvagens*, não passava de um meio de transformar o colonizado em um instrumento de produção. Assim, o autor apresenta “uma equação: colonização = coisificação” (Césaire, 2020, p. 24).

Em suma, o pensamento de todos esses autores suscita a mesma problemática. Segato (2020) fala da objetificação do corpo da mulher; Mbembe (2022), da desumanização do ser humano; Krenak (2020b), da transformação do ser humano em recurso; e Césaire (2020), da coisificação humana pela lógica da colonização. Portanto, os quatro têm reflexões que se completam e nos direcionam ao mesmo ponto: a coisificação dos corpos humanos.

Nesse prisma, pensa-se a respeito das personagens do primeiro romance de Lygia Fagundes Telles, *Ciranda de pedra*. A narrativa consiste em um romance de formação cujo pano de fundo é o desenvolvimento da protagonista, Virgínia, após a separação dos pais. A garota passa a infância nesse contexto, na primeira fase do livro, lidando com a rejeição das irmãs e até mesmo do suposto pai e com momentos de loucura e lucidez da mãe, até ir para um colégio interno, onde fica até a juventude. Na segunda parte da narrativa, Virgínia, já uma jovem adulta, deixa o internato e volta a conviver com a família, de classe média alta, mas agora tem de lidar com todas as transformações sofridas em decorrência da passagem dos anos. Com o convívio mais próximo, segredos e questões familiares vão sendo descobertos, e Virgínia, deslocada e solitária, tenta encontrar seu caminho próprio em meio a um cenário de hipocrisia.

Portanto, com base nessa narrativa, discute-se neste texto, a título de exemplo no que tange à coisificação dos corpos humanos, como nos dizem Césaire (2020), Krenak (2020b), Segato (2020) e Mbembe (2022), sobre duas personagens do romance: a empregada domés-

tica Luciana e a governanta¹ Frau Herta. Essas duas mulheres retratadas por Lygia Fagundes Telles são vistas como espectros na obra. Delas não se sabe de nada, sua história, seu passado ou planos para o futuro. Sabem-se apenas fragmentos de uma vida vivida na pobreza e na servidão. Ambas podem ser lidas por diferentes chaves de leitura, porém todas essas chaves nos direcionam para o mesmo ponto: o assujeitamento, ou a coisificação, das mulheres.

Tal assujeitamento ocorre em função das condições de vida/sobrevivência; na maioria dos casos não é uma escolha. Afinal, como nos bem diz Gonzalez (2020) acerca do modelo social predominante no Brasil, o sistema capitalista monopolista que temos em voga no país se estrutura nas desigualdades sociais, fazendo com que a mulher e, mormente, a população negra sigam nos níveis mais baixos de participação na força de trabalho, constituindo-se enquanto massa marginal². Nesse sentido, Segato (2022) concorda com a autora, ao dizer que o regime patriarcal está centralizado na permanência de um mundo desigual, atuando fortemente e em conjunto com o capitalismo, por meio de plataformas que respaldam todas as desigualdades e educam os indivíduos para elas.

Essa massa marginal, de que nos fala Gonzalez (2020), consiste na base da pirâmide social, esfera em que estão aqueles sujeitos vistos como supérfluos para o processo hegemônico capitalista. Da lógica desse processo, tem-se o mercado de trabalho, que exclui indivíduos de determinados postos ou não oferece intencionalmente condições similares a todos, funcionando como um funil e, em última instância, determinando o grau de alienação entre eles.

A literatura é muitas vezes pioneira nas discussões sobre as desigualdades sociais e a opressão. Especialmente no Brasil, os autores têm assumido, direta ou indiretamente, temas como o racismo e a violência de gênero, que acompanham a formação e a continuidade secular da família patriarcal brasileira. Os processos de silenciamento ou apagamento da história das vítimas fazem parte do projeto idealizado pelos herdeiros da elite senhorial escravista, permitindo que as novas gerações mantenham o *modus operandi* de controle e subjugação daqueles que eram vistos como “dominados, subordinados, subalternos e dependentes” (Chalhoub, 1998, p. 97). Como resultado, a própria vida das mulheres e das populações pobres e não brancas existia como um ato de mercê da elite senhorial. Por outro lado, qualquer pequeno movimento de autonomia ou contestação ou “mesmo palavras ditas em má hora” (Chalhoub, 1998, p. 104) eram vistos como insubordinação ou revolta. Os lugares sociais eram sempre definidos na verticalidade, dificultando ao máximo as possibilidades de mobilidade social.

Esse modelo de opressão e controle funcionou de maneira repetida do período da colonização até a atualidade. Nesse sentido, Lygia Fagundes Telles explora a fundo, por meio das

¹ Uma gerente do lar, responsável pela administração da casa e do lar. “A ela cabe delegar responsabilidades aos demais criados, administrar questões relativas à comodidade do patrão e, de certa maneira, ser o elemento que representa a propriedade na ausência do proprietário” (Trindade, 2013, p. 90).

² A autora recorda, porém, que mesmo o branco pobre tem vantagens nesse sistema, já que recebe dividendos do racismo, quando tem vantagem competitiva no preenchimento de vagas de trabalho, por exemplo. Sobre isso nos fala Cida Bento (2022), ao refletir a respeito do pacto da branquitude: “Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos no período da escravidão, que corresponde a 4/5 da história do país, ou com aqueles que ainda ocorrem na atualidade [...]. Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto” (Bento, 2022, p. 23-24).

suas personagens, as estratégias patriarcais para controle daqueles que estavam sob o seu jugo. Não podemos esquecer, no entanto, que a composição de uma paisagem literária pode passar a impressão de transmitir apenas um ponto de vista, ao mesmo tempo que se o leitor expande o seu campo visual pode perceber nas entrelinhas as “partes não visíveis” ou “seu horizonte interno [...] que comporta uma face oculta” (Collot, 2012, p. 15). Ao trazer a história de mulheres que deveriam acabar esquecidas e abandonadas em um sistema patriarcal e racista, a autora desvela pelas entrelinhas a paisagem nada idílica idealizada pela elite brasileira. Logo, buscase neste texto discutir a história das mulheres e as relações de poder, subjugação e violência.

2 Mulheres e o mundo do trabalho: breve histórico

Ao tratar da condição das mulheres no século XIX especificamente nos Estados Unidos, cujos reflexos estão presentes até os dias de hoje³, Angela Davis (2016) explica que, com a Revolução Industrial, ainda no início desse processo, o mercado de trabalho e, por consequência, a vida dos trabalhadores sofreu uma metamorfose. As mulheres brancas foram as que mais sentiram os impactos decorrentes dessa transição.

Já em 1830, o sistema fabril, agora em larga escala, fez com que muitas das atividades até então realizadas sobretudo pelas mulheres brancas no ambiente doméstico, como fazer tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família, fossem automatizadas. Com isso, as mulheres perderam o prestígio que tinham no lar, haja vista o fato de terem executado até então um trabalho de caráter produtivo e absolutamente fundamental, e tiveram sua condição social reduzida. Resume Davis (2016, p. 45):

No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana.

Inaugurava-se assim a nova era do capitalismo industrial, cuja lógica interna, segundo Gonzalez (2020), obstrui o crescimento equilibrado das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas. Por isso, devem contar com alguns fatores, como a formação de uma massa marginal – acerca da qual já se comentou anteriormente –, a dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores. Essa combinação de fatores, principalmente, fez surgir os dois principais elementos da estrutura do capitalismo: o trabalhador livre e o capital.

Nessa perspectiva, Davis (2016) afirma que os três principais elementos da classe trabalhadora, ou da massa marginal, como denomina Gonzalez (2020), são a população negra, em primeiro lugar, seguida dos imigrantes e, então, da mão de obra branca nacional sem instrução. Gonzalez (2020) continua, ao dizer que as questões relativas ao desemprego e ao subemprego coincidentemente incidem sobre essa população. Gênero e etnicidade são, de acordo com a autora, manipulados de modo que, no Brasil, os mais baixos níveis de participa-

³ Resguardadas as devidas diferenças, o Brasil passou por um processo de colonização e posteriormente de industrialização muito similar ao que ocorreu nos Estados Unidos. Por isso, muito do que Angela Davis (2016) discute em sua obra pode ser observado não só no cenário nacional, mas também em outros países ocidentais.

ção na força de trabalho pertencem às mulheres e à população negra. O mesmo Davis (2016) reconhece nos Estados Unidos:

O conflito racial não emergiu de modo espontâneo, mas sim foi conscientemente planejado por representantes da classe econômica em ascensão. Estes precisavam impedir a unidade da classe trabalhadora a fim de facilitar seus próprios projetos de exploração (Davis, 2016, p. 129-130).

Quanto às mulheres que trabalhavam pensando unicamente na sua sobrevivência, elas eram a maioria do operariado da indústria têxtil. A vida nas fábricas, conta Davis (2016), era apresentada a jovens de 15 a 30 anos, quando não mais novas, pelos proprietários das indústrias como um prelúdio atraente e instrutivo para o casamento, quando na realidade se sabe que as condições eram degradantes, as jornadas de trabalho excessivamente longas e exaustivas e os salários irrisórios.

Em razão das condições precárias de trabalho, as trabalhadoras passaram a reivindicar melhorias, por meio de greves e paralisações. Muitas chegaram até mesmo a abandonar seus empregos para demonstrar seu desacordo com as restrições impostas. Assim, em substituição a essas mulheres, havia

as imigrantes, que, como seus pais, irmãos e maridos, começaram a constituir o proletariado industrial da nação. Essas mulheres – ao contrário de suas antecessoras, cujas famílias eram proprietárias de terras – não tinham com o que contar, exceto sua força de trabalho. Quando resistiam, estavam lutando pelo direito de sobreviver (Davis, 2016, p. 65).

Importante pontuar aqui que Davis (2016) fala de operárias brancas, na medida em que os Estados Unidos viveram sob o regime escravocrata até 1865, quando foi instituída a Décima Terceira Emenda à Constituição, que aboliu a escravidão em todo o território estadunidense, exceto em casos de punição por algum tipo de crime (Souza; Vargas, 2017). Conforme Davis (2016), essas mulheres defendiam sua dignidade enquanto trabalhadoras e também enquanto mulheres, quando mulheres negras não eram reconhecidas nem mesmo como mulheres.

Davis (2016) relata que, no pós-escravidão, o progresso para as mulheres no que tange aos serviços realizados foi bastante lento. Depois de quase 30 anos da abolição da escravatura, nos Estados Unidos, a maioria das mulheres ainda trabalhava no campo. Aquelas que tinham oportunidades diferentes ficavam na cozinha ou na lavanderia, realizando serviços domésticos. Pouquíssimas conquistavam posições em fábricas, por exemplo, mas, quando o faziam, desempenhavam as tarefas mais sujas e recebiam os menores salários.

Por sua vez, Gonzalez (2020) explica que, no Brasil, a escravidão teve consequências mais sérias e profundas nas regiões em que a *plantation* e as atividades mineradoras se desenvolveram. Os deslocamentos geográficos obedeciam às exigências dos diferentes ciclos econômicos, mas, com o fim do período escravocrata, a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem e reverteu-se para as atividades de subsistência, tornando-se a grande

massa marginalizada no momento de emergência do capitalismo, passando a trabalhar como lavradores, moradores/assalariados rurais, trabalhadores de mineração etc.

Como na Região Sudeste do Brasil⁴ o regime escravista se instalou tardiamente, “os processos de mestiçagem e de emergência de uma população de cor livre foram muito limitados, assim como a proporção menor do elemento negro ou de cor na constituição da totalidade da população da região” (Gonzalez, 2020, p. 36). Importa dizer, entretanto:

A existência de um Brasil subdesenvolvido, que concentra a maior parte da população de cor, de um lado, e de um Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, de outro, não é algo que esteja desarticulado de toda uma política oficial que, de meados do século XIX até 1930, estimulou o processo e imigração europeia, destinada a solucionar o problema da mão de obra do Sudeste. E é exatamente a partir de 1930 que a população negra dessa região começa a participar efetivamente da vida econômica e social, o que a situará em condições melhores do que aquela do resto do país, apesar da manutenção dos critérios de subordinação hierárquica em relação ao grupo branco. Até então, como bem diz Florestan Fernandes, fora completamente marginalizada do processo competitivo quanto ao mercado de trabalho, posto que substituída pela mão de obra imigrante. É no período que se estende de 1930 a 1950 que teremos o processo de urbanização e proletarização do negro do Sudeste (Gonzalez, 2020, p. 36-37).

Conta Davis (2016) que, nos Estados Unidos, com o selo da escravidão, a maioria das mulheres negras especificamente, agora livres, que não trabalhava no campo era obrigada a executar serviços domésticos:

Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza. Nas outras regiões, as brancas que trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes europeias que, como suas irmãs ex-escravas, eram obrigadas a aceitar qualquer emprego que conseguissem encontrar (Davis, 2016, p. 98).

Davis (2016) demonstra assim que a equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era apenas um vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo, enquanto Gonzalez (2020) afirma que, com o fim da escravidão, mulheres negras no Brasil se tornaram a viga-mestra de sua comunidade, o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Com o trabalho duplicado, elas passaram a dividir-se entre as tarefas domésticas a serem cumpridas na casa da patroa e as suas obrigações familiares.

Conforme Davis (2020), como num círculo vicioso, o trabalho doméstico tem sustentado o racismo e o sexismo, quando a condição das trabalhadoras brancas é associada à situação opressiva das trabalhadoras das demais minorias étnicas. Sobre isso, discorre bell hooks⁵ (2020, p. 151-152):

⁴ Foca-se aqui particularmente na Região Sudeste do Brasil, porque se supõe que a narrativa de *Ciranda de pedra* se passe ali, já que Lygia Fagundes Telles era natural de São Paulo (SP) e há indícios na obra de que esta se dá em uma área urbanizada e com mais recursos, no entanto a história não deixa explícito em nenhum momento o local exato em que ocorre.

⁵ O nome é grafado inteiramente em caixa-baixa em respeito à preferência da própria autora.

Empregos domésticos (empregadas, governantas, lavadeiras) não eram considerados trabalhos “de verdade” ou emprego significativo. Pessoas brancas não enxergavam que mulheres negras em prestações de serviço estivessem realizando um trabalho significativo, que merecia recompensa econômica adequada. Viam a prestação de serviços domésticos por mulheres negras como mera extensão do papel “natural” da mulher e consideravam que esses trabalhos não tinham valor [...]. Mulheres brancas estavam bem dispostas a entregar as tarefas domésticas a empregadas negras. Uma vez que as tarefas domésticas eram vistas como trabalho degradante, é improvável que pessoas brancas estivessem demonstrando favoritismo com as mulheres negras ao proporcionarem a elas esses empregos. É mais provável que pensassem que as mulheres negras, que pessoas brancas acreditavam não ter dignidade e autorrespeito, não teriam vergonha de fazer o trabalho doméstico.

Compartilha da mesma ideia Gonzalez (2020) quando relata que no Brasil o racismo, enquanto construção ideológica e uma série de práticas, foi perpetuado e reforçado depois que se deu a abolição da escravidão, tendo em vista que beneficiou e segue beneficiando interesses específicos. Aos negros, por exemplo, cabe a localização periférica em relação às regiões e aos setores hegemônicos. Ademais, o racismo “denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (Gonzalez, 2020, p. 35). Além disso, o racismo serve para a manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, por ser um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social.

Afirma Davis (2016, p. 102): “Se as mulheres brancas nunca recorreram ao trabalho doméstico, a menos que tivessem certeza de não encontrar algo melhor, as mulheres negras estiveram aprisionadas a essas ocupações até o advento da Segunda Guerra Mundial”.

De acordo com o censo de 1940 dos Estados Unidos, 59,5% das mulheres negras trabalhavam como empregadas domésticas, enquanto 10,4% realizavam outros tipos de serviço. Com a Segunda Guerra e a necessidade de mão de obra nas fábricas, esse cenário teve ligeira mudança; o trabalho feminino fez com que a economia se mantivesse em funcionamento. No auge da guerra, a quantidade de mulheres negras na indústria mais que dobrou, porém na década de 1960 “pelo menos um terço das trabalhadoras negras permanecia presa aos mesmos trabalhos domésticos do passado” (Davis, 2016, p. 106).

Já no Brasil, conforme o censo de 1950 (*apud* Gonzalez, 2020), apenas 10% das mulheres negras trabalhavam na agricultura e/ou na indústria, com destaque para as fábricas têxteis, enquanto os 90% restantes ficaram concentradas no setor de serviços pessoais. Com o declínio da indústria têxtil e o fechamento de muitas fábricas, “a mulher negra praticamente perdeu seu lugar na classe operária ou, no máximo, tentou penetrar em outros setores primários como a indústria de roupas ou de alimentos, onde seria a grande minoria” (Gonzalez, 2020, p. 41). Com menor escolaridade de modo geral e menos oportunidades no mercado de trabalho, restava à mulher negra voltar-se para a prestação de serviços domésticos, como exercendo funções de empregada doméstica, servente, merendeira na rede escolar, “o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca” (Gonzalez, 2020, p. 42).

A situação das mulheres negras no Brasil em geral pouco mudou da segunda metade do século XX, quando se deu a publicação de *Ciranda de pedra*, para a atualidade. Elas continuam majoritariamente concentradas no chamado trabalho doméstico. Conforme pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019 *apud* Bento, 2022), 6,2 milhões de pessoas

no país ocupavam postos no serviço doméstico remunerado, exercendo as mais variadas funções relativas ao cuidado de casa e da família de seus empregadores. Desses 6,2 milhões, 68% eram mulheres negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.

Embora neste subtítulo se tenha dado enfoque maior à história da mulher negra, é importante entender que o adjetivo *negro* aqui tangencia o conceito de *negro* de Mbembe (2018), que não diz respeito necessariamente à cor da pele, e sim à função desse indivíduo nos moldes da sociedade que temos, ou seja, aquele “cuja degradação é sua marca preponderante e cujo atributo inerente consiste em pertencer a uma humanidade à parte, execrada, a dos dejetos humanos” (Mbembe, 2018, p. 229). Logo, pode-se falar de menos oportunidades para mulheres negras e, na mesma esteira, a imigrantes, a pobres, sejam homens, sejam mulheres, e grupos étnicos não brancos. Ou seja, aqueles vulneráveis e marginalizados em termos sociais e econômicos.

3 Frau Herta

Começa-se a análise das duas personagens que exercem funções domésticas em *Ciranda de pedra* pela figura de Frau Herta. Trata-se de uma alemã de cabelos curtos e ralos, viúva de um oficial prussiano morto na guerra, conforme descreve Lygia Fagundes Telles (2009). Figura autoritária, conservadora e controladora, é a governanta da casa do pai de Virgínia. Corresponde ao estereótipo de governanta presente no imaginário coletivo. Fala por Natércio, patriarca da família para quem trabalha. É uma estrangeira, uma forasteira, representando na narrativa por meio de seus atos e atitudes em relação às filhas de Natércio uma Europa segregacionista, que buscava na primeira metade do século XX a eugenia no aniquilamento dos corpos diferentes. Para ela, todos deveriam se comportar exemplarmente. Caso contrário, deveriam ser descartados.

Frau Herta funciona como ponte entre Virgínia e as demais personagens de seu núcleo. Virgínia sempre está à mercê de suas ordens, que são acatadas de maneira geral, embora com alguma afronta. A relação entre Frau Herta e as demais personagens é estritamente profissional. Herta não faz parte efetivamente do núcleo familiar. Trata-se de uma supervisora tanto dos demais empregados quanto das filhas do patriarca, de uma subalterna no que se refere ao patrão, com um campo de ação bastante restrito. As políticas de branqueamento que ganharam fôlego no Brasil no fim do século XIX fizeram com que muitos cargos outrora ocupados por escravizados fossem direcionados para imigrantes europeus, que passaram a ocupar funções como mordomos e governantas. A rigidez da educação europeia vista como *civilizada* tinha o intuito de se contrapor à *cultura viciosa e imoral* ensinada pelos africanos e afro-brasileiros. Embora os médicos tenham sido os principais defensores das mudanças que envolveram os trabalhadores domésticos, ainda se perpetuou por longo tempo o ideal do casamento e da maternidade *versus* os preconceitos contra o trabalho feminino (Engel, 1989). Nesse sentido, o estigma das ocupações remuneradas tornava extremamente insegura a vida das mulheres como Frau Herta.

A presença de Frau Herta no romance em análise é uma das chaves para compreender-se o modo de funcionamento da família patriarcal burguesa e, por extensão, nas vias simbólicas, o modelo social reinante no Brasil e em grande parte dos países do Ocidente. Embora alheia ao círculo familiar, sua figura faz com que esse núcleo se aproxime do modelo burguês

européu, aspiração da família tradicional da elite brasileira, por trazer ao ambiente doméstico a lógica mercantil proveniente daquele continente, mesmo que adaptada (Trindade, 2013). Herta vive o conflito constante de estar sempre à margem entre o ideário europeu, contexto que precisou abandonar, e o espaço do Brasil pós-abolição.

Roberto Schwarz nomeou de “mecanismo do favor” as relações estabelecidas entre os homens livres e os proprietários, que nada mais são do que um modo de relação social que deriva da lógica escravocrata e que implica a assimilação imprópria de princípios do liberalismo europeu; ou seja, no Brasil – periferia do capitalismo – os proprietários adaptavam princípios europeus segundo suas conveniências. Os agregados, portanto, ocupam lugar relativamente parecido com o dos escravos, sem ferir o ideário liberal (Trindade, 2013, p. 98).

Frau Herta aparece ao longo da narrativa como “um sujeito *no trabalho*. O próprio trabalho é uma atividade permanente” (Mbembe, 2018, p. 250, grifo do original). Como afirma Mbembe (2018), no centro do trabalho pela vida está o corpo, no entanto entende-se que na situação de Frau Herta, e por extensão no caso das demais que exercem o mesmo tipo de trabalho, há apenas espectros, tendo em vista que para cumprir suas funções de serviço doméstica ela deve necessariamente anular suas vontades, desejos, paixões, deixando-se à mercê da família a que serve. Seu corpo, seguindo o pensamento de Mbembe (2018), não é dotado de nenhum sentido intrínseco. Ou seja, “o corpo em si não significa nada. [...] A visão, a motricidade, a sexualidade não têm nenhuma significação primordial. Sendo assim, sempre existe uma parcela de coisidade em toda corporeidade” (Mbembe, 2018, p. 251) – importa dizer aqui que em alguns mais, e em outros menos.

Frau Herta anula-se, renuncia ao seu próprio corpo desejante, em prol dos desejos da família para quem trabalha. Logo, seu corpo transforma-se numa coisa, num objeto, cuja única função é servir. Continua Mbembe (2018, p. 251, grifo nosso): “O trabalho pela vida consiste precisamente em evitar que o corpo caia na coisidade *absoluta*; consiste em evitar que seja por completo um mero objeto”. Frau Herta, contudo, falha miseravelmente nessa tarefa. Chalhoub (1998) defende que precisamos considerar que esses sujeitos sobrevivem em uma sociedade marcada por relações desiguais, embora isso não signifique uma completa passividade ou falta de objetivos próprios. Era preciso atuar com muito cuidado no jogo social imposto pela elite como forma de escapar da violência.

Sendo um objeto do servir, quando não é mais útil no cumprimento de suas funções – na velhice, deixa o trabalho e muda-se para uma pensão, a fim de terminar por lá seus dias –, a governanta é descartada: “E voltou-se para os envelopes que restavam no regaço: um melancólico cartão de Frau Herta comunicando seu novo endereço. ‘Ando tão cansada que resolvi tirar umas férias, mas deixo uma substituta no meu lugar’” (Telles, 2009, p. 103). Afinal, há outra(s) que necessita(m) do emprego. No mundo capitalista neoliberal, todos somos substituíveis: “Na casa, em lugar de Frau Herta, ficara uma portuguesa⁶ chamada Inocência” (Telles, 2009, p. 104). Quando o corpo não corresponde mais às tarefas que lhe são exigidas, ele é rejeitado, mas de maneira não consciente:

⁶ Atenta-se aqui para a presença de mais uma imigrante, possivelmente tão pobre quanto a primeira e, por isso, acaba sujeitando-se à sua própria coisificação.

Uma sorte Frau Herta ter um patrão como seu pai. Homem fino. Pontualmente manda o chofer trazer a mensalidade, os remédios, não falta nada para a pobrezinha. Homem fino. Pena ela ficar aí tão sozinha, dias, meses sem nenhuma visita! Se sua irmã viesse ao menos de vez em quando...

— Ela não pode.

— Pois é, a gente não pode mesmo (Telles, 2009, p. 140-141).

Não se pode pensar, no entanto, em Frau Herta como um sujeito passivo. Talvez tenha escolhido, ou precisado escolher, ter sua identidade anulada. Talvez essa tenha sido sua única alternativa pela sobrevivência. A partir do momento que permaneciam solteiras, sem recursos, redes familiares ou de solidariedade e ainda sob o signo da imigração, as mulheres eram alvo fácil de exploração. Embora fossem brancas, ficavam sujeitas à violência das ruas, como no caso da prostituição, ou da exploração e da intimidação moral e física nos lares da elite quando atuavam como governantas. Como lembra Mariza Corrêa (1981, p. 5), na sociedade patriarcal brasileira ocorreu “um processo de homogeneização de práticas sociais que reforçavam os espaços de dominação masculina e a subordinação da mulher”.

Mbembe (2018, p. 240) diz que o “processo de captura e de sujeição dos espíritos e das sombras daqueles que foram mortos constitui, na verdade, o trabalho do poder noturno”. Quando há o poder noturno, o objeto e o espírito do morto que está no interior do objeto são alvo de uma apropriação feita de forma concreta. Embora o autor aqui siga nessa direção citando elementos de um corpo fragmentado como prova do poder noturno, entende-se que é possível traçar nesse ponto um paralelo com a ideia de morte em vida, como é o caso das empregadas domésticas e mais precisamente das governantas, que moram no serviço e doam seu tempo integral e a grande parte de sua vida útil⁷ aos seus contratantes, sendo elas figuras comuns em casas de famílias burguesas sobretudo até o século XX, período em que se passa a narrativa de *Ciranda de pedra*, transparecendo relações de poder do universo patriarcal, usando para compreensão dessa prática o exemplo de Frau Herta:

— É, está tudo mais ou menos como antes. Falta só Frau Herta com seus potes de avenca.

— A pobre Fraulein! Lembra, Virgínia? Tão nossa amiga.

— É...

— E você sabe? Ela está doentíssima, ninguém descobriu ainda o que ela tem, só suspeitas. Amanhã é o aniversário dela mas não posso visitá-la, tenho que sair com Berenice. — Fez uma pausa. — Seria ótimo se você e Otávia dessem um pulo lá na pensão, levar-lhes umas flores... A pobre está tão só, não tem ninguém.

Virgínia baixou a cabeça mordiscando o fiapo de folha. Otávia teria também algum motivo forte para não ir, todos tinham em certas ocasiões motivos fortíssimos... (Telles, 2009, p. 124).

Em outro trecho da narrativa se lê:

Mas aonde você vai?

— Visitar Frau Herta. Quer vir comigo? — convidou. E antes que ele falasse já sabia a resposta.

⁷ Para o conceito de vida útil, ver Krenak (2020a).

- Não posso, reservei o dia para terminar um projeto. E retocar um poema que escrevi ontem. Mas levo você até lá, é uma rua infame, tão longe!
- Hoje é o aniversário dela.
- Verdade? Coitada, tinha mania de fazer nos nossos aniversários uns enormes bolos com velinhas. Ao invés dessas flores você devia levar-lhe um bolo, ela não dispensava o bolo. Nem aquela musiquinha nojenta da tal data querida.
- Ela não teria forças para apagar as velas (Telles, 2009, p. 136).

Como uma vida pode teimar em se manter por debaixo dos destroços tais que deles a própria forma humana já havia se evadido? É o que pergunta o narrador de *La vie et demie*, obra citada por Mbembe (2018) e escrita pelo autor congolês Sony Labou Tansi.

Mas o que é um farrapo, senão aquilo que foi, mas que agora não passa de uma figura degradada, arruinada, irreconhecível, estragada, numa entidade que perdeu sua autenticidade, sua integridade? O farrapo humano é aquilo que, a despeito de apresentar aqui e ali uma aparência humana, está tão desfigurado que se encontra, ao mesmo tempo, no aquém e no cerne do humano. É o infra-humano (Mbembe, 2018, p. 237).

Entretanto ainda há, além dos órgãos, a fala, o último sopro de uma humanidade devastada: “Frau Herta estava estendida numa cama tosca, refugiada no canto de um quarto que mais parecia um depósito de móveis imprestáveis, irmanados sob a mesma poeira. O rosto escaveirado tinha a cor de palha seca” (Telles, 2009, p. 141). Tal qual um objeto, a mulher fora descartada, excluída das relações e afastada de tudo e de todos.

4 Luciana

No que tange ao assujeitamento dos corpos, há, além do processo de captura e de sujeição, mais uma hipótese levantada por Mbembe (2018) quanto a essa situação: a capacidade que o sujeito tem de metamorfosear-se em quaisquer circunstâncias. Num contexto em que é necessário objetificar-se para sobreviver, faz-se preciso abandonar-se, alternar identidades, todas provisórias, assumindo muitas vezes não sua figura individual e singular, mas a de um morto. “Ele é tomado por um outro qualquer, de quem deve assumir a história e sobretudo o fim, mesmo contra a sua vontade e por mais que não deixe de protestar sua singularidade” (Mbembe, 2018, p. 254). Recordar-se que tudo isso acontece no torpor das aparências.

Nesse ponto, consegue-se reconhecer mais precisamente a figura de Luciana, a outra personagem a ser analisada neste artigo. Ela trabalha na casa de Daniel, o segundo marido da mãe de Virgínia, Laura, que está doente. Empregada dedicada aos cuidados domésticos e aos de Virgínia, ainda bastante jovem, cuida de Laura, a fim de que Daniel não sofra mais do que já sofre pela condição da mulher, tarefa que cumpre bastante bem, a ponto de Laura afirmar: “– Nem sei mesmo como agradecer, Luciana. Agora até vestidos... Daniel já disse que não sabe o que faria sem você. E eu, então?” (Telles, 2009, p. 24). Todavia, descobrimos mais

para o fim da narrativa que Luciana odiava todos daquela casa, forjando relações, que para ela eram estritamente profissionais, e aparências.

Apesar disso, apaixonada pelo patrão e em certo sentido a contragosto, Luciana aceita seu lugar de subserviência para alcançar seu objetivo, ficar perto de Daniel, com quem sonha em se casar: “Ela sabe de tudo mas não diz. E mesmo que diga, vai dizer mentiras porque ama tio Daniel” (Telles, 2009, p. 21). Ou seja, Luciana utiliza sua capacidade de metamorfosear-se, de alternar identidades, a fim de conseguir alcançar o que deseja, o amor do patrão, como se pode verificar na seguinte passagem:

— Todos esses anos fiquei lá por causa dele. Tinha ódio dela, de você, de tudo. Mas ia ficando e ficaria o resto da vida sem pedir nada, sem querer nada, que me deixassem perto dele, servindo a ele. – Fungou apertando a boca num ricto doloroso. – Todos esses anos cuidando dela para que parecesse menos louca, eu não queria que ele sofresse e então ficava arrumando as coisas, fazia milagres com o dinheiro que me dava para que a comida fosse um pouco melhor, para que tivesse um pouco mais de conforto... (Telles, 2009, p. 89).

Conforme aponta Mbembe (2018, p. 235):

A figura humana é plástica por definição. O sujeito humano por excelência é aquele capaz de se tornar outro, outro alguém que não ele mesmo, uma nova pessoa. É aquele que, compelido à perda, à destruição e ao aniquilamento, faz surgir desse acontecimento uma nova identidade.

O rosto/corpo de Luciana é coberto por uma máscara, “pois, para ser domesticado, a face da potência noturna deve ser previamente coberta, isto é, desfigurada, restituída ao seu estatuto de horror. [...] Deve ser possível não reconhecer nela nada de humano” (Mbembe, 2018, p. 235). É o que se reconhece no trecho a seguir: “O rosto moreno continuou impassível. Apenas um breve fulgor iluminou-lhe os olhos amendoados” (Telles, 2009, p. 24).

Outro ponto importante quanto à personagem é o fato de Luciana ser a única personagem negra na obra: “No rosto cor de bronze de Luciana havia uma expressão de ídolo paciente e irônico” (Telles, 2009, p. 39). O racismo aparece aqui de maneira velada, como nesta passagem: “Assim de costas parece branca’, concluiu Virgínia fixando o olhar enviesado nos cabelos da moça. Eram lustrosos e ligeiramente ondulados, presos na nuca por uma fivela” (Telles, 2009, p. 17). Virgínia trata mal Luciana pelo fato de a mulher ser negra? A menina o faz consciente ou inconscientemente? São perguntas para as quais não se tem resposta. Mesmo assim, é para Luciana que conta seus mais profundos sentimentos e desejos e com quem tem as conversas mais significativas, numa relação ambígua de afeto e desmoralização:

— Ninguém gosta de mim, ninguém. Minhas irmãs não se importam comigo e minha mãe só gosta de tio Daniel... Meu pai é que gosta de mim, só ele me quer bem, ah, meu paizinho querido, me leva embora desta casa, eu quero ir com você! (Telles, 2009, p. 20).

Como bem diz hooks (2020), uma sociedade, patriarcal, racista e imperialista – já que se refere em sua obra aos Estados Unidos, mas pode-se fazer uma troca aqui para o termo *colonial*, como é o caso do Brasil – fundamenta-se na violência e opressão do diferente. Logo,

não é surpreendente para a autora que seja corriqueiro que homens e mulheres julguem seu valor e seu poder pessoal com base em sua habilidade de oprimir os demais.

Importante observar que, embora a menina tratasse mal Luciana, principalmente quando se irritava com a mulher, na segunda fase da obra, depois de chegar à juventude e passar por um intenso processo de amadurecimento, Virgínia reconhece tudo o que a doméstica fez por sua família, sentindo-se culpada pela forma como a tratava:

Não pude fazer nada por ele. Nem por Luciana, que atormentei até o fim, a ela que lutara para que a vida em nossa volta tivesse um aspecto menos miserável. Vestia e penteava minha mãe para que ela não parecesse tão sinistra, sempre roubava alguma flor de um jardim para enfeitar a mesa dele [de Daniel] (Telles, 2009, p. 175).

Para Gonzalez (2020), a eficácia do racismo enquanto construção cultural e um conjunto de práticas se dá pela internalização de um discurso ideológico por parte dos atores, sejam eles beneficiados por essa sistemática, sejam prejudicados, que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento. Isso fica bastante claro em *Ciranda de pedra* por meio das atitudes e falas de Virgínia. Tais gestos da menina são passíveis de interpretação, ou seja, situam-se no campo da linguagem. O que não é expresso em palavras se torna visível pela ação. Com isso, podemos assegurar que o racismo aparece veladamente no romance. Embora tenha uma boa relação com Luciana, Virgínia não se refuta de recordar o fato de a empregada ser negra toda vez que se aborrece com a mulher: “Finge que não se importa mas não vai enquanto eu não falar. Ficou até mais preta. Se pudesse, me matava” (Telles, 2009, p. 73).

Afirma ainda Gonzalez (2020) que, em termos culturais, somos educados a considerar natural que a mulher em geral e a negra de maneira preponderante desempenhem papéis sociais desvalorizados no que se refere à população economicamente ativa. Sobretudo no tocante à

mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação (Gonzalez, 2020, p. 42).

Virgínia reconhece essa inferioridade imposta culturalmente, a ponto de ficar desconfiada do constante asseio de Luciana, não compatível com a função exercida pela mulher nem com quem é diante do cenário social cristalizado: “Voltou-se para a empregada e ficou a observá-la. Trabalhava sem parar mas estava com o avental sempre limpo e os cabelos penteados. Tudo podia estar em desordem, mas ela continuava com aquela cara lisa” (Telles, 2009, p. 27). A questão da limpeza na culinária afro-brasileira foi levantada por Gilberto Freyre (1969), que destaca a visão preconceituosa dos viajantes europeus sobre a sujeira dos alimentos vendidos nas ruas pelas quitandeiras negras do nordeste. Segundo ele, as mulheres negras trouxeram da África para o Brasil um extremo cuidado com a higiene – bem diferente da cultura europeia –, visível tanto na brancura das suas roupas como nos panos que cobriam a doçaria. A postura de Virgínia é essencial para entendermos o processo de negação do outro pelo uso constante dos

estereótipos. A cor da pele negra foi constantemente vinculada à sujeira, legitimando os discursos de inferioridade e a necessidade do uso da violência para *civilizar* as populações não brancas.

Apesar disso, é essa mulher, a que se assujeita em relação ao(s) outro(s), quem possibilita, por conta do seu trabalho, a emancipação econômica e cultural da patroa – como é o caso de Luciana e Laura. Esta última tem quem cuide de seus afazeres domésticos, da casa, da filha e dela própria, enquanto Luciana deixa de cuidar de si mesma:

- Que é que tem Luciana?
- Ela vai continuar aqui com vocês? Quero dizer, depois que eu for embora...
- Sim, continuará aqui, se quiser. Tem sido tão nossa amiga, não é mesmo? Mas ouça, Virgínia, não se preocupe mais com os outros, eu cuidarei da sua mãe, *Luciana cuidará de mim, alguém há de cuidar dela* (Telles, 2009, p. 66, grifo nosso).

Nessa perspectiva, Gonzalez (2020) chama a atenção para a ideia de “mãe preta”, conceito que formula ao se referir às mulheres negras que dedicam suas vidas ao cuidado de filhos brancos, ou seja, aquelas que exercem no dia a dia a figura materna para filhos que não são seus, muitas vezes abrindo mão até mesmo de cuidar dos seus próprios:

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira [...]. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai (Gonzalez, 2020, p. 87-88).

Outro ponto relevante a ser dito nessa análise é o fato de Luciana não aceitar sua identidade de mulher negra, aquela que não serve para casar-se com um médico como Daniel, por exemplo: “Meu pai era preto e minha mãe era branca. Fiz tudo para tirar meu pai de mim, tudo. E não adiantou, ele está nos meus cabelos, na minha pele, no meu sangue... Essas coisas a gente tem que aceitar” (Telles, 2009, p. 88). De acordo com Mary del Priore (1994), as mulheres mestiças eram vinculadas quase sempre ao pecado e aos ditos comportamentos lascivos, contrapondo-se à visão das mulheres brancas marcadas pelo sacrifício e pela submissão sexual – compondo um cenário dicotômico de Evas e Marias. Não é, portanto, simples coincidência que Luciana não pudesse casar com um médico sendo uma mulher parda. Curiosamente, a personagem opõe-se aos estereótipos, uma vez que as suas características mais significativas são o sacrifício e a resignação diante de um amor inalcançável. Ao fugir

do comportamento esperado, mesmo que compondo o grupo de empregados domésticos, pode-se entrever uma ressignificação, apesar de pequena, nos padrões do sistema patriarcal.

Numa passagem mais adiante da obra, Luciana reconhece os privilégios que teve ao poder estudar quando mais jovem, algo bastante difícil entre a população marginalizada da segunda metade do século XX, época em que o romance se passa, e sobretudo a crença de que por meio da educação é possível ascender socialmente, pois a educação faz diferença no que se refere à mobilidade social: “Estudei, passei anos estudando naquele asilo, sei mais do que sua mãe sabia, ele não se envergonharia de mim, uma *negra* disfarçada e sabendo tanta coisa... Por que não?” (Telles, 2009, p. 89, grifo do original). Sobre isso nos fala Davis (2016, p. 112): “As pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade”. Embora instruída, ou seja, “uma negra disfarçada” – negros não podiam/não podem ter instrução? –, porém, Luciana não conseguiu outras oportunidades de trabalho além do serviço doméstico, nem escapar das amarras de herança escravocrata que assombra o Brasil ainda nos dias de hoje.

Virgínia reconhece em Luciana essa refutação da identidade de mulher negra, ao afirmar: “— E você é mulata – retorquiu Virgínia no mesmo tom. – E gosta *dele*, por isso faz tudo para parecer branca” (Telles, 2009, p. 17, grifo do original). Importa dizer aqui que Virgínia chama Luciana de mulata pejorativamente, haja vista o imaginário social. Sobre isso nos fala Gonzalez (2020, p. 44):

Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais [...]. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além do lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a “democracia racial brasileira”.

Afirma-se que todos são iguais perante a lei, mas sabe-se que na prática isso é uma falácia. Há uns mais iguais que outros, e alguns encarregados do sustento moral e da subsistência dos demais. Apesar de não ficar explícito, a narrativa deixa evidentes as diferenças sociais e, portanto, culturais entre as personagens Luciana e Frau Herta. Coincidência ou não, as duas únicas personagens destoantes na história são uma mulher negra e uma imigrante pobre que veio ao Brasil fugindo da guerra que matou seu marido, em busca de melhores condições de vida (ou de sobrevivência).

5 Considerações finais

Considerando o que foi discutido neste artigo, rememora-se a figura do homem branco como a referência do universal, e qualquer imagem que se diferencie disso consiste no diferente, no estrangeiro (Said, 2007), no negro (Mbembe, 2018). Logo, sendo essa imagem o diferente, ela

passa a ser o elemento objetificado e, após o cumprimento dessa função imposta, excluído, afastado, quando tal exclusão se faz necessária, em todo e qualquer âmbito e esfera social.

Nesse prisma, concorda-se com Bento (2022) no sentido de que devemos falar sobre a herança escravocrata que vem sendo transmitida ao longo do tempo – transmissão feita, porém, de maneira velada –, pensando em ajudar as gerações futuras a reconhecer as atitudes que pautam essa lógica, a fim de que se possa debater e resolver o que ficou no passado, com o objetivo de avançar para o presente procurando construir outra história e novos pactos sociais e civilizatórios. Césaire (2020) afirma que o racismo é ferramenta fundamental para a exploração capitalista, no entanto, no argumento levantado aqui, se pode estender a mesma ideia a todas as formas de preconceito e exclusão.

Para que alguns prosperem no sistema capitalista, neoliberal e patriarcal vigente, faz-se necessário que outros sucumbam. Estes tornam-se objeto, pois o apego material é o emblema do capitalismo, e constituem com o sujeito uma relação de consumo, podendo ser descartados quando não mais puderem servir. Afinal, “o capitalismo racial é uma enorme necrópole” (Mbembe, 2018, p. 240), e, conforme nos ensina Gonzalez (2020, p. 47), “lutar pela sobrevivência significa [...] apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita”.

Compartilha desse pensamento Davis (2016, p. 105): “As pessoas que trabalham como serviçais geralmente são vistas como menos que seres humanos”. Logo, nos moldes de sociedade em que vivemos, aquele que tem o poder tem, igualmente, soberania pelo corpo do outro, que, por sua vez, se subordina aos desejos alheios, causando uma ruptura em sua própria subjetividade, ou sendo forçado a fazê-lo. Por conseguinte, pensando em uma perspectiva crítica, constatamos que de fato nós nunca renunciamos ao fundamento básico do colonialismo. Ou seja, a ideia de dominação e de violência contra os corpos atravessou a história e é replicada até os dias de hoje, diariamente.

No que compete à questão de gênero, tema central deste artigo, importa lembrar que, para dismantelar a ordem patriarcal, precisamos desarticular também o capitalismo, pois o segundo é dependente do primeiro. O poder patriarcal está concentrado nas mãos dos donos da vida, daqueles que detêm o capital, cujo poderio, segundo Segato (2022), se expressa no controle que têm sobre os corpos das mulheres.

Quando relembremos trechos violentos e de opressão da nossa história, com ênfase na herança que sustenta o grupo dominante, que prevalece ainda hoje, é possível entender melhor certos abismos econômicos e sociais vividos na atualidade pelos grupos marginalizados e mais vulneráveis. Assim, torna-se de certa maneira mais compreensível lutar contra essas relações de dominação, a fim de que todos atinjam a tão almejada autonomia.

Luciana e Frau Herta podem passar a impressão de personagens relegadas a um segundo plano nas páginas do romance de Lygia Fagundes Telles (2009), esquecidas e silenciadas pela violência patriarcal, mas a paisagem literária composta pela autora serve para lembrar que a história de violência contra as mulheres perpassa as diferentes classes sociais, fazendo-nos voltar o olhar para as heranças da sociedade patriarcal racista, que permanecem arraigadas na sociedade brasileira em seus diferentes períodos históricos. Mais do que uma história do nosso passado, o romance conta a história das famílias de elite e dos seus dependentes pobres e não brancos. Na sua rotina de sobrevivência, sob condições de extrema violência, as mulheres têm seus papéis definidos em uma sociedade desigual. Por fim, cabe dizer que nas

relações de poder estabelecidas, a autora cria estratégias para as suas diferentes personagens femininas fugirem da triste sina do esquecimento, mesmo que à sombra do sistema patriarcal.

Referências

- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução: Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.
- CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo. *A história contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998. p. 95-123.
- COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens. In: NEGREIROS, Carmem; ALVES, Ida; LEMOS, Masé (org.). *Literatura e paisagem em diálogo*. Rio de Janeiro: Macunaíma, 2012. p. 11-28.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, p. 5-16, maio 1981. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1590>. Acesso em: 1º jul. 2024.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no nordeste canavieiro do Brasil*. Pernambuco: IAA, 1969.
- CONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução: Bhuvi Libanio. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1, 2022.
- MBEMBE, Achille. Réquiem para o escravo. In: MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução: Sebastião Nascimento. 2ª ed. São Paulo: n-1, 2018. p. 229-261.
- SAID, Edward W. *O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEGATO, Rita. Nenhum patriarcado fará a revolução: reflexões sobre as relações entre capitalismo e patriarcado. In: SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Tradução: Ayelén Medail, Larissa Bontempi, Rita Paschoalin e Silvia Massimini Felix. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 37-51.

SOUZA, Jéssica Antônio de; VARGAS, Tainá Machado. 13ª Emenda, racismo e a perpetuação da neoescravidão no cenário globalizado. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 18, p. 197-210, 2017. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/172/156>. Acesso em: 8 ago. 2023.

TELLES, Lygia Fagundes. *Ciranda de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TRINDADE, Rodrigo Silva. Chávenas à brasileira: a governanta inglesa no romance *A mão e a luva*, de Machado de Assis. *Machado de Assis em Linha*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 85-101, jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1983-68212013000100006>